

Resumo: No contexto contemporâneo a sociedade se alicerça na economia terciária, saúde, consumo, educação e comunicação. Neste cenário o Brasil vem avançando na formulação da reforma administrativa, buscando alcançar patamares superiores de transferência, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos. O Programa Redes de Cooperação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul consegue consolidar novos instrumentos de políticas públicas, direcionados a promover um desenvolvimento regional socialmente sustentado, com base em pequenas e médias empresas e em diferentes formas de integração social, através do empreendimento de ações voltadas ao fomento da cooperação (VERSCHOORE, 2003). Diante disto, o presente artigo procurou realizar uma análise das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de redes interorganizacionais no sul do Brasil. Seu objetivo principal é realizar uma análise sobre os dez anos do Programa Redes de Cooperação, englobando os avanços conquistados junto às empresas envolvidas, e principalmente, o papel que as mudanças políticas ao longo do tempo exerceram para o crescimento do programa. O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte são discutidas as principais contribuições teóricas que sustentam a ideia de políticas públicas e de cooperação. Na segunda estão expressos os pressupostos que norteiam o desenvolvimento de políticas públicas e também a fomentação das redes de cooperação. A terceira parte abrange a explanação do Programa Redes de Cooperação, analisando seus principais resultados obtidos de 2000 a 2010. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a política pública analisada e sua contribuição para um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado.